

JUIZADO ESPECIAL DE FAMÍLIA

FÁTIMA NANCY ANDRIGHI

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

Os ótimos resultados e as inúmeras vantagens obtidas pelos Juizados Especiais Cíveis e Criminais instigam a necessidade de defender a criação de um Juizado Especial que trate exclusivamente das questões conflituosas da família e que propicie ao jurisdicionado uma Justiça mais humana, mais sensível, mais acessível, mais célere e sem custos.

A par da humanização e da sensibilização do processo, com a conscientização do juiz quanto à sua função de pacificador das almas, imprescindível far-se-ia, no Juizado Especial de Família, a atuação de uma equipe multidisciplinar que amenizasse a ansiedade dos litigantes, auxiliando-os a vivenciar o processo judicial com mais naturalidade.

O sistema para resolver os conflitos de família continuaria sendo o do processo e procedimento, salientando-se que o procedimento sumaríssimo regulado pela Lei n.º 9.099/95 demonstrou ser eficiente quando aplicado com rigorosa obediência aos princípios que regem os Juizados Especiais, que são a simplicidade, informalidade, oralidade, economia e celeridade processual.

A Lei 9.099/95, contudo, não disponibiliza medidas cautelares nem o deferimento de antecipação de tutela, necessários às situações de urgência que o Direito de Família vivencia, o que torna oportuna a meditação acerca da transposição do modelo de procedimento do art. 461, do CPC – ação de cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, que contém, no seu bojo, a possibilidade de o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, conceder medida cautelar, ou mesmo antecipar a tutela.



A adoção, no Juizado Especial de Família, de um único rito, o sumaríssimo, para todos os tipos de conflitos dessa área (separação judicial, separação de corpos, regulamentação de visita, investigação de paternidade, alimentos/revisionais, guarda de menores, busca e apreensão de criança, perda do pátrio poder, divórcio etc.) facilitaria sobremaneira o trabalho dos operadores do direito, bastando que se embutisse nesse rito a previsão legal de o juiz poder, dentro desse mesmo procedimento e sem maiores formalidades, conceder medida cautelar e deferir antecipação de tutela sempre que atendidos os respectivos requisitos legais.

Seria importante, também, que este procedimento sumaríssimo fizesse, no seu contexto, execução do conteúdo sentencial, sem a necessidade de propor-se um novo processo de execução, tendo-se esta, portanto, como mais uma fase desse procedimento.

Indispensável, outrossim, seria a participação dos advogados na defesa atenta dos interesses das partes, uma vez que o direito em litígio é o mais importante e um dos mais complexos problemas pessoais da vida humana, e o mais emocional e romântico de todos os sonhos.

No que concerne à competência, há que ficar expresso que a escolha do Juizado Especial de Família constituiria uma opção do autor, ou de ambas as partes, quando se tratar de processo de jurisdição voluntária (v.g. separação amigável/consensual). Por outro lado, o acesso ao Juizado Especial de Família deveria se restringir aos casais que sejam proprietários de um único imóvel, respeitada uma limitação de valor do referido bem, sendo condição sine qua non que se trate de residência da família.

O sistema recursal seria mantido, fazendo-se necessária, porém, a instituição de um instrumento de impugnação, apenas para as liminares concedidas, em atenção às características peculiares do Direito

de Família. Isso para evitar o uso do Mandado de Segurança como sucedâneo de recurso.

Todas as demais questões resolvidas no processo não precluiriam, devolvendo-se toda a matéria para eventual análise, caso fosse interposto recurso da sentença.

Em conclusão e à vista dos inegáveis benefícios que adviriam da implantação dos Juizados Especiais de Família, invita-se os integrantes de todos os segmentos que operacionalizam o Poder Judiciário para, com intrepidez, abalançar-se na abertura de novas portas para tutelar a criatura humana, razão e destinatários únicos da prestação dos serviços judiciários.

Rascunho do anteprojeto sugerido

PROJETO DE LEI N.º ____ de ____

Institui o Juizado Especial de Família

Art. 1º Altera o § 2º do art. 3º da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 3º

I

II.....

III.....

IV.....

§ 1º

I.....

II.....

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e à capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

Art. 2º As ações de investigação de paternidade; de separação judicial; de fixação de alimentos, revisão e exoneração; de divórcio; de regulamentação de visita; de separação de corpos; de guarda de filhos, bem como outras atinentes ao Direito de Família, por opção do autor, poderão ser submetidas ao rito sumaríssimo da Lei n.º 9.099/95.

§1º Para a efetivação da tutela pretendida nas ações previstas no caput, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, mediante petição, oral ou escrita, determinar, antecipada ou incidentalmente, todas as providências cautelares necessárias para obtenção do resultado útil do processo.

§ 2º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 3º A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado e integrará o processo de conhecimento.

Art. 3º A conciliação será antecedida por mediação conduzida por equipe multidisciplinar, que fará trabalho de sensibilização das partes.

Parágrafo Único - A conciliação será conduzida pelo juiz togado ou leigo, ou por conciliador, sob sua orientação.

Art. 4º Considerando a especialidade do direito em litígio devem as partes comparecer sempre acompanhadas de advogados.

Art. 5º O Juizado Especial de Família tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas de família cujo patrimônio não exceda a um imóvel.

Art. 6º Caberá recurso para o próprio Juizado da concessão de liminar.

Art 7º Aplica-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 9.099/95.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.